

**SOCIEDADE CULTURAL E EDUCACIONAL DE ITAPEVA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E AGRÁRIAS DE ITAPEVA**

DIVERSAS DEFICIÊNCIAS E SUAS INCLUSÕES

Elizandra Gabriela de Carvalho Lopes da Silva

**SOCIEDADE CULTURAL E EDUCACIONAL DE ITAPEVA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E AGRÁRIAS DE ITAPEVA**

DIVERSAS DEFICIÊNCIAS E SUAS INCLUSÕES

Elizandra Gabriela de Carvalho Lopes da Silva
Orientadora: Prof.^a Esp. Valda Aparecida Antunes Cerdeira

“Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva como parte das obrigações para obtenção da Licenciatura em Pedagogia”.

Dezembro / 2014
Itapeva – SP

“Nós não devemos deixar que as incapacidades das pessoas nos impossibilitassem de reconhecer suas habilidades”

Hallahan e Kauffman

AGRADECIMENTOS

Á Deus pai criador que me deu o dom da vida e pela presença constante neste caminho.

Aos meus pais que tanto amo José Francisco de Carvalho e Nilda Campos de Carvalho, que sempre torceram por mim.

Ás minhas irmãs Eliane, Edinéa e Gisele, que sempre me apoiaram e acreditaram no meu esforço e nunca me deixaram desistir.

Ao meu esposo Luciano Lopes com quem construo e aprendo todos os dias.

Aos meus filhos Thiago Carvalho Lopes, Matheus Carvalho Lopes e Vinícius Carvalho Lopes que são razão do meu viver, amor infinito que aquece meu coração e me impulsiona na busca de novos conhecimentos e possibilidades de aprendizagem e de vida.

As minhas amigas obrigada pelos momentos que passamos juntas, vocês ficarão sempre na minha lembrança e no meu coração.

E a minha querida orientadora Valda Cerdeira, profissional admirável, pelo amor, carinho e compromisso ético com a profissão docente, pelos seus ensinamentos e exemplos de postura essenciais a minha formação meus eternos agradecimentos. E a todos os professores que contribuíram e foram o alicerce para minha formação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. DIVERSAS DEFICIÊNCIAS E SUAS INCLUSÕES.....	11
2.1. A Educação Inclusiva nas Escola e as Dificuldades Encontradas	14
2.2. Formação dos Professores Diante da Educação Inclusiva.....	16
2.3. Currículo Avaliação e Inclusão	21
3. MATERIAL E MÉTODOS	25
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
6. REFERÊNCIAS.....	30

DIVERSAS DEFICIÊNCIAS E SUAS INCLUSÕES

RESUMO – O trabalho de pesquisa se propõe a refletir sobre as dificuldades da inclusão escolar e como a formação dos professores poderá mudar essa situação, abordaremos o quanto as escolas são importantes sob um olhar inclusivo buscando preparar seus educadores com metodologias priorizando assim o processo de aprendizagem de seus educandos sem delimitar dificuldades, potencialidades e limitações apresentadas pelos mesmos. Buscamos teórico que nos permitissem argumentar e refletir sobre o tema. A escola deve permitir que crianças, adolescente tenham direito de conviver em ambientes socializadores propiciando uma aprendizagem de qualidade e de respeito às limitações destas crianças e jovens. Sabemos que os direitos foram adquiridos por meio de conquistas de resoluções legais e de criação de políticas públicas específicas para algum tipo de deficiência, mas para que venha ser fato real nas escolas precisamos qualificar os professores e toda equipe escolar para que todos possam desenvolver a interação e integração de todos no espaço escolar.

Palavras-Chaves: Crianças, Escola, Inclusão, Professor

DIVERSE DEFICIENCY AND ITS INCLUSIONS

SUMMARY- The coursework of research proposes to reflect about the difficulties of scholar inclusion, considering the function of the teachers upon this situation, we will highlight the importance of school in the process of inclusion, looking back more careful in relation the schooling of these educators when they are across with some difficulties of learning, potentialities and limitations presented by the students. We seek for theoretical safe sources related to the theme that can better guide us in this coursework. Aiming that it's up to school to provide experiences of significant acquaintanceship to the children and teenagers that study in it, thinking in the socialization process, which the others will have the opportunity to live with different people from themselves, learning to respect those who are by them side. To the specific public politics materialize itself in the process of inclusion; it's of extreme needed rethinking the schooling of the educators that act not just on Special Education area as well as the furthers that act on Regular Education. The partnership between two dimensions must be completely full e satisfactory because this is a coursework that it's up to everyone. Educators and all the team must be more qualified when the focus is good quality of the learning provided to the children, which could developer the interaction and integration is the scholar space.

Key words: Children, Inclusion, School, Teacher

1. INTRODUÇÃO

A referida pesquisa teve como finalidade buscar nas bibliografias existentes, teorias que nos levaram as reflexões sobre “Diversas Deficiência e suas Inclusões”. Quando desenvolvida dentro do ambiente escolar, onde os profissionais da educação juntamente com pais de alunos e os próprios alunos estão diretamente envolvidos nesse processo.

No primeiro momento deste trabalho procura-se fazer uma abordagem sobre a história da Educação Especial desde seus primórdios no século XX com a criação do ensino surdo-mudo no Rio de Janeiro, sendo esta a primeira iniciativa com atenção as pessoas com deficiência como nos relata Pan (2011). Avanços como a fundação da Associação de Pais e Amigos dos excepcionais (APAE). Para Mantoan (2003) o fato de que é mais fácil um aluno do ensino comum ser considerado “especial” do que o aluno especial ser inserido no ensino comum. Esta é uma das dificuldades encontradas no processo de inclusão.

Seguindo com nossa pesquisa autores como Carvalho (2000) e Florencio (2010) nos ajudam a falar sobre a Educação Inclusiva nas Escolas e as Dificuldades Encontradas, a escola vai além de um processo onde há ensino-aprendizagem, pois ela é constituída por profissionais de educação, como pais e alunos que estão em constante relações e é através destas relações que surgem as mudanças e o aprendizado. Para que esse aprendizado seja de qualidade, de maneira a favorecer principalmente a vida acadêmica de seu aluno cabe a instituição escolar estar ciente das necessidades de seus alunos para que posteriormente possa fazer as devidas mudanças para suprir essa necessidade das crianças.

A Formação dos Professores Diante da Educação Inclusiva também é assunto relevante nesse trabalho, Anjos (2006) aborda que o professor que trabalha na área da Educação Especial deve estar sempre buscando novos métodos para melhor atender seu aluno “especial”, faz parte de seu papel mediar o conhecimento a seu aluno, através de práticas educativas inovadoras e criativas de modo a

chamar a atenção da criança para si e com isso conseguir passar todo o conteúdo planejado ao educando de maneira satisfatória, onde o mesmo possa ter uma boa compreensão do assunto estudado.

Carvalho (1998) afirma que devido a falta de atenção para com os professores de Educação Especial faz com que os mesmos se preocupem com essa situação, onde educadores do ensino regular não têm contato com educadores da área educacional especial. Um exemplo disso são as reuniões que muitas vezes são feitas separadas.

A questão relacionada a Currículo Avaliação e Inclusão também são assuntos de extrema importância nesse processo, primeiramente é necessário definir o que é currículo que segundo Minetto (2008) currículo pode ser definido como um projeto onde estão organizadas todas as atividades pedagógicas que o professor realizará com seus alunos. E para a autora a avaliação deve focar na necessidade da criança, onde o que deve ser levado em conta é a maneira de como o aluno desenvolve cada atividade no decorrer da atividade, sua maneira de raciocinar e pensar logicamente, usando estratégias para resolver a atividade proposta pelo seu professor. O foco tem de ser maior nas habilidades que a criança possui e não apenas no aspecto somativo e intradividual que equivale à nota final.

2. DIVERSAS DEFICIÊNCIAS E SUAS INCLUSÕES

A educação especial teve seu início como modalidade da educação escolar no século XX, quando foi despertada a preocupação com essas pessoas visando um atendimento diferenciado. Isso tornou realidade a partir de mobilizações sociais no qual esse grupo era excluído da sociedade. Com respaldo no estudo da psicologia, a ciência passou a trabalhar o comportamento dessas pessoas a fim de inseri-las na sociedade através de centros especializados, e num clima otimista a partir dos resultados obtidos em programas sob a orientação do comportamento, iniciando atendimento em escolas comuns (FERNANDES, p. 66).

O produto dessa iniciativa, ou seja, a aquisição dos direitos de pessoas com deficiência a educação especial é o processo de integração.

No Brasil, por influências americanas e europeias no que se refere à vinculação inicial ao campo médico, a institucionalização da educação deu-se no período imperial com a criação do ensino surdos-mudos no Rio de Janeiro (primeira iniciativa de atenção às pessoas com deficiência). Na década de 1920 surgiram às primeiras especialidades médicas, passando então as vertentes pedagógicas sendo conduzidas pela abordagem médico-pedagógico e outra pela linha psicopedagógica (Pan, 2011). Após a reivindicação da sociedade civil ao governo de centros de reabilitação, foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos excepcionais (APAE). Essa iniciativa teve reflexo jurídico na Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional (LDB) como:

“Art.88, “A Educação de Excepcionais, deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”. Art.89, “Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções”. Explicita-se o apoio financeiro á iniciativa privada que ofereça atendimento a essa parcela, comprovando o reconhecimento do Estado em relação à legitimidade a dois focos de lutas políticas da sociedade civil: O direito a educação de pessoas com deficiência em classes comuns

(ainda que parcial) e organização do movimento apaiano” (FERNANDES, 2011).

A partir do desenvolvimento comportamental das APAES e deficiências consideradas leves foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) que era ligado ao ministério da Educação e Cultura (MEC) e tinha por objetivo a educação especial, formando equipes especializadas de professores e profissionais da saúde que atendessem alunos com deficiências leves na educação comum, ficando somente os com deficiências severas nos centros de reabilitação. Desde então a integração foi à terminologia adotada na Literatura Especializada para caracterizar os movimentos iniciais de defesa de direitos de pessoas com deficiência, porém na década de 1990 estudiosos da educação especial discutem essa terminologia e propõe como novo método a inclusão (FERNANDES, 2011).

De acordo com Mantoan (2003), essa situação ainda gera muitas discussões na área de educação e saúde, em razão da semelhança dos significados que para Fernandes (2011), os termos devem ser usados para expressar “situações de inserção diferentes e que se fundamentem em posicionamentos teóricos metodológicos divergentes”.

A integração é a maneira pela qual o deficiente se socializa acompanhando modelos da sociedade pré existente, que segundo Carvalho (2000), pressupõe-se que as relações entre as pessoas com e sem deficiência estimulam a solidariedade, em perda da piedade, de modo a inseri-las, gradativamente nos círculos sociais comuns.

Essa estrutura de organização que existe a mais de 40 anos, pressupõe-se relações deficientes - deficientes (integrados) e deficientes e não deficientes (convivência normal).

O Sistema de Cascata Mainstreaming, segundo Ferreira e Guimarães (2003):

Nível 1 – Classe regular sem apoios especializados;

Nível 2 – Classe regular sem apoios especializados ao professor;

Nível 3 – Classe regular sem apoios especializados ao professor e ao aluno;

Nível 4 – Classe regular sem apoios especializado no contraturno;

Nível 5 – Classe especial com participação em atividades gerais da escola;

Para Sasaki (2005) a integração acaba separando as pessoas já que consiste num processo unilateral, ou seja, que depende somente da pessoa com deficiência e que segundo Mantoan (2003) há uma facilidade de migração dos alunos do ensino comum para à educação especial, já o que não acontece ao contrário, tornando mais difícil a inclusão da educação especial para a comum. Com isso, o foco principal era o trabalho na limitação da deficiência, que visava à adaptação do indivíduo para os padrões da sociedade, tornando o profissional Clínico Terapêutico hegemônico, ficando em segundo plano o processo pedagógico exercido por um professor, onde esse processo poderia acrescentar mudanças atitudinais e metodológicas na educação comum. A integração é um processo que foi rejeitado por muitos devido à sua filosofia, que trata as pessoas com deficiência decorrente de suas diferenças orgânico-funcional, a fim de introduzi-la na sociedade de maneira a “moldar” as ações e atitudes por ela imposta, sem que haja um amadurecimento intelectual do entendimento das coisas que a educação propõe no processo de aprendizagem.

Surgiu então na década de 1960 e 1970 o movimento pela inclusão, que consiste na diversidade na escola sendo um fator potencializador da aprendizagem no sentido acadêmico, relacional e humano, em que (Sánchez 2005) relata que sua abrangência se faz referencia não só aos educandos com deficiência, mas a todos os alunos da escola, as quais devem estar preparadas para acolhê-los e educá-los, tendo como desafio a criação de metodologias de ensino que consiga atender a todos os alunos, onde na integração a escola comum não mudaria seu método, já que a educação especial prepararia o aluno em suas aptidões individuais.

Segundo Fernandes (2011) a inclusão vai além da escola, encontra-se respaldado nas agendas políticas de diversos países membros da ONU, que estabelecem pelos signatários da proposta, condições sociais a mídia, a saúde, o transporte e o lazer.

A Integração e a Inclusão são duas ideologias, que a principio a integração tem uma grande conquista na sociedade de criar condições para pessoas que eram excluídas serem cuidadas por profissionais a fim de ressocializá-los, visto que esse modelo não desenvolvia a capacidade da pessoa e sim modelo de acordo com os padrões da sociedade, a partir desse momento alguns autores passaram a estudar a deficiência desse modelo e criaram a inclusão que vem também para reforçar a mobilização por esses excluídos com filosofias diferentes da integração, que coloca

a diversidade na escola comum como um enriquecimento das relações sociais (FERNANDES, 2011).

2.1. A Educação Inclusivas nas Escolas e as Dificuldades Encontradas

Para Carvalho (2000) a escola é muito mais do que um lugar constituído por ensino de aprendizagem através de conteúdos. As relações nelas existentes vão além de obrigatoriedades exigidas por lei. Nela se encontra um conjunto de comunidade, formada tanto por professores, demais funcionários, como também pelos alunos. É nessa interação entre os mesmos que estão os valores e princípios na qual deve ser baseada.

Smith e Strick (2001 *apud* Ziliotto 2007) o termo “Dificuldades de Aprendizagem” muitas vezes está relacionado a mais de um problema que pode consequentemente afetar o desenvolvimento escolar da criança, estando presente na sua capacidade de entender, relacionar e se comunicar, onde essas ações do dia a dia se limitam de forma gradativa. Muitos fatores contribuem para essas limitações como os problemas biológicos, ressaltando que crianças com necessidades especiais muitas delas também sofrem disso.

Florêncio (2010) ressalta que cabe a escola estar ciente das dificuldades de cada aluno de maneira individual, após a conscientização desses problemas que implicam nas capacidades dos mesmos, conhecendo a realidade do educando em relação ao processo de ensino-aprendizagem dele, observando suas limitações e potencialidades ela deve tomar as decisões mais corretas e sensatas a fim de combater esse problema, trabalhando com as especificidades de cada um de maneira individual e que seja capaz de transformar de maneira positiva a vida escolar desse educando, para que ele possa acompanhar na medida do possível as atividades pedagógicas desenvolvidas em sala de aula regular.

Quando pensamos na inclusão nos primeiros anos de vida das crianças com necessidades especiais nos importamos apenas com os tratamentos destinados a elas, preocupados então apenas com o cuidar. Segundo o autor Mittler (2003) esse ponto deve ser analisado de uma forma mais ampla, dando atenção para outros aspectos pertinentes a que se refere essa questão, como: o acesso à informação,

formação adequada para os profissionais da escola e orientação para os principais responsáveis pelos alunos, que são na maioria das vezes os pais. O ensino inclusivo precisa ser aprimorado, destacando outros pontos importantes para serem solucionados, não se limitando apenas no cuidar, mas também se preocupando com o ensinar mediante as crianças que apresentam necessidades especiais.

Para Mantoan (2003 *apud* Florêncio 2010) a inclusão não disponibiliza de práticas educativas para esta ou aquela deficiência ou uma única dificuldade encontrada. O que cabe é entender que cada aluno tem seu próprio tempo para aprender, e o professor como maior mediador do conhecimento precisa entender essa questão e respeitá-la, tanto um aluno considerado “normal” como o aluno com necessidades especiais aprendem em tempos e maneiras diferentes. O que conta realmente é qualidade desse ensino que se é passado para as crianças. Se ele for de boa qualidade o educador observará as limitações das crianças e trabalhará em cima das capacidades de cada um.

Carvalho (2004 *apud* Florêncio 2010) fala que a escola pode sim desenvolver inúmeras ações para que a inclusão aconteça de verdade, se não tiver uma base que a apoie, nesse caso a ajuda de políticas nacionais consistentes que tenham como maior objetivo a inclusão de todos os alunos de maneira igualitária tanto os de ensino regular como também os de ensino especial. Mas a realidade da visão dessas políticas para com a inclusão não é assim tão satisfatória, para ela se quisermos que esse processo de inclusão realmente se faça com sucesso muitas mudanças sistemáticas precisam ser feitas dentro dessas políticas nacionais, tendo o foco na área educacional.

Segundo Minetto (2008) os professores não estão devidamente preparados para atender os alunos com necessidades especiais dentro do ambiente escolar e muitos menos para trabalhar com a inclusão. E para ela a educação inclusiva só poderá ter avanços positivos quando os educadores tiverem confiança em seu trabalho e seus métodos pedagógicos sejam para atender tanto os alunos regulares e também os alunos ditos “especiais”, pois a transformação começa dentro da sala de aula, nela que se encontra a mediação do conhecimento entre professor e aluno. O educador tem de ter consciência da importância em não apenas integrar, mas incluir as crianças de fato no processo de ensino.

Ainda segundo Minetto (2008) os educadores por não estarem acostumados a conviver com crianças “especiais” dentro de sua sala de aula diariamente, se

sentem inseguros quando se deparam com o processo de inclusão, o medo de tomar a decisão errada mediante a essas crianças ou até mesmo a incapacidade de buscar novos métodos de ensino que contribuam para a inclusão dentro da escola realmente o apavora. Tornam-se resistente a mudanças, pois sabem que para essas mudanças acontecerem precisarão estudar mais, pesquisando não só sobre a deficiência de seu aluno mas também a métodos que o ajudem a trabalhar com essa criança, e isso requer muita dedicação e responsabilidade do educador e muitos não querem sair da sua zona de conforto.

2.2. Formação dos Professores Diante da Educação Inclusiva

Para Minetto (2008) o professor se torna o maior responsável pelo aluno, quando o mesmo pode apresentar algum tipo de necessidade especial ou não, ou seja, atendendo todo e qualquer tipo de aluno. Para que esse atendimento ocorra de maneira correta é preciso que o profissional de educação esteja devidamente preparado e capacitado, para que o processo de inclusão aconteça. O fortalecimento desse educador deve ser seguro. Mediante a nossa realidade social perante a educação constatamos que essa capacitação deve ser realizada com urgência, podendo ser usadas diversas práticas pedagógicas, lembrando sempre que o professor deve estar aberto a mudanças, para que o processo de ensino aprendizagem aconteça.

Segundo Anjos (2006) quando se aborda um professor sobre sua prática de ensinar em relação à inclusão, muitos fatores devem ser levados em consideração, uma delas é maneira de raciocinar logicamente, procurando métodos adequados para trabalhar na mediação do conhecimento do educando, nossa realidade no processo de inclusão é bem diferente, o objetivo real da inclusão perde se um pouco seu sentido na práxis, onde a teoria e prática não se encaixam de maneira correta. A inclusão é retratada por dois eixos: onde os erros e acertos durante o processo é realizado com todas as pessoas envolvidas, a aceitação desse método é bem claro quando o mesmo reflete diretamente na ação humana.

De acordo com Sacristan (2000 *apud* Minetto 2008) os recursos pessoais e suas experiências não são suficientes no processo de ensino, essa prática

pedagógica deve ser sempre rica em conhecimento e abordagens para que a prática pedagógica seja baseada na transformação de maneira positiva na vida do educando e o currículo deve vir como um alicerce para que o educador possa se localizar em seus pensamentos no momento das tomadas de decisões mediante seu aluno o professor é a parte principal para que essas ações aconteçam, cabe a ele organizar estratégias com agilidade ao se deparar com situações de seu aluno. A oralidade do professor é fundamental para que o currículo e a ação pedagógica caminhem juntos de forma sincronizada e realmente aconteçam dentro da instituição escolar (MINETTO, 2008).

Para Mitller (2001) para que a escola inclusiva realmente tenha seu objetivo alcançado que é de incluir as crianças, várias alterações no currículo devem ser feitas, o sistema atual deve se reprogramar para que essa mudança aconteça, cabe não só ao professor, mas também a toda instituição escolar as tomadas de decisões durante esse processo, a colaboração de todos os profissionais da escola é extremamente importante, pois se trabalharem juntos com o mesmo objetivo, as chances de esse processo dar certo são maiores e mais concretas.

Inclusão e Integração são palavras totalmente diferentes e Silva (2010) nos explica claramente a diferença entre ambas em seu quadro:

Integração Escolar	Inclusão Escolar
Problema centrado no aluno	Prevê a reestruturação do sistema educacional
Não há pressuposição de mudanças do ensino e da escola	Reformulação dos currículos, das formas de avaliação, da formação dos professores e da política educacional.
Serviços organizados em níveis, sendo que muitas vezes os alunos retornavam para serviços mais segregados.	Intensificação na prestação atendimento na classe comum da escola regular

Segundo Mazzotta (1999) as necessidades dos alunos não devem ser tratar de forma generalizada, pois assim como os alunos considerados “normais”, os alunos considerados especiais também possuem suas particularidades, seja ela definidas em: personalidade e comportamento, ou seja, cada aluno aprende da sua maneira e em um determinado período de tempo, e muitas vezes um único método

não é capaz de suprir as necessidades de todos. Afinal todo aluno é diferente do outro, tendo como consequência não podendo ser tratado por igual aos demais. Reafirmando com Silva (2010) a inclusão precisa ser reestruturada, de forma mais ampla e clara, para melhor atender aos alunos, adequando se com a realidade dos mesmos, para que o tão esperado feedback aconteça de maneira satisfatória tanto para o educador, como também para o educando. Proporcionar meios para que as crianças tenham um bom desenvolvimento acadêmico e de qualidade. O maior foco está na integração escolar, pra que ela seja realizada de fato dentro do ambiente escolar.

Salend (2008 *apud* SILVA 2010) se baseia em quatro princípios fundamentais a serem seguidos para que ocorra a inclusão escolar, 1- Acesso para todos os alunos; 2- aceitação dos pontos fortes e desafiadores dos alunos assim com diversidades; 3- práticas reflexivas e instruções diferenciadas; 4- noções de comunidade e colaboração. Constatamos que esses são eixos que devem ser seguidos para o bom desenvolvimento da inclusão dentro da escola, tendo sempre o bem estar do aluno como um dos focos principais de nosso estudo.

Para Carvalho (1998) a falta de atenção para com professores que atuam na área da educação especial realmente é frustrante para os mesmos, muitas vezes estes são deixados de lado e sem muita preocupação. Educadores sentem essa rejeição e se preocupam com essa situação, ficando fora de reuniões escolares que acontecem dentro e fora das instituições escolares, privando-os apenas para reuniões que se destinam ao assunto “Educação Especial”. E educadores que desenvolvem seu trabalho com turmas regulares não são convidados a participar dos trabalhos pedagógicos promovidos pela educação especial. Deparamo-nos com a falta de parceria entre os profissionais da educação.

A inclusão faz com que muitas questões sejam levantadas, o que era considerado certo por muitos, visto de uma maneira mais ampla focado na inclusão de crianças com necessidades especiais, já não se faz assim tão eficaz, sendo sujeito a novas concepções e ideias que indagam a política e organização da Educação Especial como também do ensino regular, seu maior objetivo é adequação desse ensino levando em consideração a sociedade em que vivemos, tendo sempre em mente aquilo que está escrito por lei, assegurando o acesso a educação a todos de maneira igualitária (MANTOAN, 2003 *apud* MINETTO, 2010).

Mantoan (2003 *apud* Minetto 2010) assegurar que esse acesso a educação a todos, inclusive para as pessoas com necessidades especiais é muito importante investir nessa Educação Especial: utilizando de capacitações contínuas de toda equipe escolar, incentivando o educador a aprimorar sua formação através de cursos, investimento de pesquisas buscando melhorar cada vez mais as diversas práticas pedagógicas a serem realizadas na escola, tornando professores capazes de se preparar para atuar na área da Educação Inclusiva.

Carvalho (1997) pensa em uma educação que atenda verdadeiramente a todos, onde o processo de inclusão realmente acontece com sucesso. Todos os profissionais da educação como: professores, coordenadores, diretores entre outros que desenvolvem seu papel dentro da escola, como também os familiares dessas crianças devem ter uma relação mútua, unidos apenas em um objetivo que é a qualidade dessa educação oferecida a todos, escola e família devem trabalhar juntos para que haja mudanças positivas no ensino.

Segundo Pires (2006 *apud* Silva 2010) a sociedade luta contra as diferenças, buscando a boa inclusão das crianças e dizendo “não” as desigualdades encontradas. Essa mesma sociedade depara-se com pontos de desigualdade e é facilmente apresentada, começando pela estrutura da escola, prédios não adaptados para receber todo e qualquer tipo de aluno: faltam de rampas e portas adequadas para cadeirantes, mobiliários adequados as diversas deficiências, materiais didáticos e recursos suficientes.

Segundo Rodrigues (2006 *apud* Silva 2010) nos lembra de que a inclusão custa muito caro em relação à parte financeira, onde uma quantia incalculável de dinheiro precisa ser investido para melhor atender o processo de inclusão, sendo necessárias reformas tanto na estrutura escolar como também no material didático e em cursos destinados a capacitação de profissionais da educação. Tendo como maior investidor as políticas públicas, pois é através dela que a verba é liberada para essas reformas acontecerem, afinal este processo requer uma organização de aprendizagem diferenciada.

Plaisance (2005 *apud* Silva 2010) aponta para um ponto que deve ser discutido, mostrando a resistência das escolas em reconhecer a importância da inclusão e aceitá-la como fator necessário dentro do ambiente escolar, a presença do aluno com necessidade especial é vista de maneira negativa na maioria das vezes, o aluno especial em sala de aula chega a ser um incomodo para o professor

e os demais alunos, atrasando o andamento da turma em relação as suas atividades realizadas em sala. A inclusão escolar é tratada como um apelo sentimental ou uma missão a ser cumprida pela dita “escola para todos”.

Apesar de muitas as dificuldades encontradas para incluir na escola os alunos considerados especiais, essa “luta” não deve parar, pois além de ser direito da criança e estudar é uma questão humana. Assim muitos são os benefícios ao incluir o aluno com necessidades especiais em uma instituição de ensino regular, grande é a troca de conhecimentos entre professores e alunos com essa prática inclusiva (SILVA, 2010).

Para Gately e Gately (2001 *apud* Silva 2010) o ensino onde existe a colaboração pode ser analisada em três etapas tendo como fundamento a mudanças necessárias e adequadas: 1ª etapa: os professores falam muito pouco entre si e sem muita frequência, 2ª etapa: a comunicação e por consequência a confiança entre ambos começam a existir, 3ª etapa: a comunicação é total e todos trabalham juntos em prol do mesmo objetivo que é a boa educação no ensino de todas as crianças. Reforçam sua ideia, afirmando que o ensino colaborativo é um beneficiador na área da educação escolar, valorizando e renovando todo o conteúdo em foco, o desenvolvimento profissional sai em vantagem com a utilização de parcerias criativas.

Segundo Silva (2010) nos alerta como é fundamental a presença dos pais dos alunos durante todo o processo de inclusão, a parceria entre família e professores é o que vai fazer a diferença para que a inclusão aconteça com êxito. A criança precisa se sentir segura mediante a todas essas mudanças e a família muitas vezes é o seu maior conforto. E a instituição de ensino, em especial o professor é o “passaporte” para que a criança possa aprimorar seus conhecimentos, tendo a sua visão de mundo cada vez mais clara, dando sentido aquilo que é e o que faz. E o educando se sente mais seguro para se abrir a novas experiências durante o processo ensino aprendizagem quando sabe que pode contar com sua família e também seu educador para ajudá-lo sempre que preciso for.

Segundo Pan (2008) a aprendizagem colaborativa deve ter a ética acima de tudo, sendo encontrada na boa relação entre todos os profissionais da escola para com o aluno, sabendo que sempre que necessária poderão contar com o apoio das demais parcerias existem fora da escola também como: serviço de saúde e outras instituições especializadas nos atendimentos de crianças especiais, ressaltando que

esse trabalho colaborativo é para facilitar ainda mais o processo de educação inclusiva.

Kullo (2002) nos leva a refletir sobre a relação entre professor-aluno, onde o maior desafio a ser vencido é “quebrar” essa barreira entre ambos, para que possa confiar um no outro e fazer um trabalho de qualidade juntos. Lembrando que o maior propósito é a transmissão de conhecimentos, considerando as semelhanças e a interdependência sempre buscando melhorar a forma de educar. Também nos reafirma que a ideia de ter o aluno em uma sala de aula regular ainda é distorcida, pois de um lado temos as diversas declarações e leis que querem de qualquer forma integrar e incluir o aluno especial e do outro lado temos as instituições escolares que resistem em aceitar o aluno especial na sala de aula regular, seja pela falta de infraestrutura e professores despreparados para trabalhar nessa área de ensino.

2.3. Currículo Avaliação e Inclusão

Segundo Minetto (2008) currículo pode ser definido como um projeto onde estão organizadas todas as atividades pedagógicas que o professor trabalhará com as crianças durante o decorrer do ano letivo, possuindo informações concretas, sobre o que ensinar, como ensinar, e quando ensinar, isso remete também na questão da avaliação. Currículo é todo o planejamento que o professor utilizará para desenvolver as atividades com seus alunos, contendo seus métodos e ações que tem como maior objetivo atender o educando em suas necessidades.

Pan (2008) afirma que se o professor levar em conta que cada aluno é diferente de outro e não aprendem de forma igual e como consequência disso trabalhar o conteúdo curricular de forma diferenciada buscando priorizar as necessidades particulares de cada aluno, a garantia do desenvolvimento educacional de toda a sala de aula será muito maior e com muito mais qualidade. Por isso é cobrado que o educador pluralize os seus métodos de ensino como meio de beneficiar as diferenças das crianças.

Minetto (2011) os professores já possuem a consciência que as adaptações escolares precisam acontecer dentro da instituição escolar para que cada vez mais as crianças possam ser atendidas da melhor maneira possível. Mas o que falta é a

preparação para que esses professores sejam capazes de fazer mudanças em sua grade curricular que sejam adequadas, tendo em mente a realidade de seu aluno. O uso de novas tecnologias e materiais didáticos deve ser utilizado para que essas transformações aconteçam. Vale ressaltar que a ideia de introduzir novas medidas vai além de apenas flexibilizar o currículo normal, essas medidas devem ser transformadoras. Considerando a individualidade de cada educando e sua personalidade, ritmo e acima de tudo respeitando seu tempo de aprender.

Pan (2008) nos leva a refletir sobre um determinado ponto que é o de avaliar, para ela o maior obstáculo durante todo esse processo educacional dentro do ambiente escolar é buscar a maneira correta de avaliar o aluno. E para Minetto (2008) a avaliação deve focar na necessidade da criança e a resposta educativa que a cada um será oferecido e não apenas em número, destinando-se apenas a um aspecto somativo, intraindividual, que o que vale é a nota final e não os avanços e a maneira de pensar de cada aluno.

Minetto (2011) nos relata que as mudanças e adaptações só irão de fato se concretizar com sucesso quando todos os integrantes da escola e a família dessas crianças se mobilizarem aceitando a ideia que transformações precisam e devem ser feitas para que o ensino de qualidade aconteça e seja inteiramente em benefício dos alunos. Conhecer o educando e suas particularidades é o primeiro passo desse processo, o papel do professor torna-se fundamental, pois é ele que está em maior contato com o aluno dentro da escola, assim cabe a ele direcionar seus trabalhos em cima do potencial desta criança e não em relação a seu déficit.

Silva (2010) é a favor das mudanças e adaptações no planejamento escolar, porém nos alerta que isto deve ser feito de modo organizado, para que a escola dê conta de fazer as adaptações de maneira correta, entendendo o processo onde estão inseridos, pois qualquer passo dado de maneira incorreta pode atingir de maneira negativa todo esse trabalho.

Blanco e Ross (2004 *apud* Silva 2010) nos explica que levantar as necessidades dos alunos é definir os objetivos que futuramente farão parte do Plano Escolar do professor, depois de levantadas as dificuldades das crianças, a ideia é que o educando tenha mais facilidade para encontrar métodos de ensino mais adequados para trabalhar em sala de aula, uma vez que ele tenha em mãos as possíveis necessidades dos seus alunos. Assim intervenções e apoios pedagógicos podem ser feitos com um enfoque maior na vida escolar de cada indivíduo. Após

alguns avanços educacionais venham se concretizando na criança, onde seu progresso é visível a todos, é necessário lembrar que esse processo de mudanças não pode “estacionar”, pelo contrário, após o surgimento das respostas positivas ao trabalho realizado, cabe não só ao professor, mas também a toda instituição escolar investir cada vez mais nesse processo.

Para Ziliotto (2007) as interferências pedagógicas estão refletidas na relação professor-aluno e é dentro dessa realidade que as mudanças vão acontecer ao longo do processo de ensino, através da transmissão de conhecimentos culturais e valores, onde tanto o educando como o educador terão a possibilidade de ensinar e aprender juntos.

McLoughlin e Lewis (2001 *apud* Silva 2010) a avaliação na educação especial devem ser realizada diariamente pelos professores, considerando cada avanço de seu aluno, definindo seus erros e acertos e também nas suas dificuldades. E depois de feitas essas constatações cabem à escola desenvolver novas ações pedagógicas com o objetivo de um dia atender a todas as necessidades de seu aluno.

De forma positiva o papel da PEI (Plano Educacional Individualizado), que visa à atenção individualizada do professor para com cada criança, para o autor o apoio da PEI para crianças com necessidades especiais é extremamente importante e deve de fato acontecer dentro da sala de aula, para que assim essas crianças possam se sentir seguras com seu professor sempre por perto mediando o conhecimento para ela.

Para Minetto (2008) avaliação para com crianças com necessidades especiais em dois alicerces: conteúdos e objetivos, onde os mesmos devem ser adaptados no currículo escolar. Para a autora quando a escola conseguir avaliar essas crianças especiais de maneira produtiva e correta, ela estará definitivamente preparada para avaliar todo e qualquer tipo de aluno. A inclusão será para que todos possam ser respeitados no seu pensar e agir de maneira diferente, onde demais paradigmas possam ser incluídos no processo de avaliação.

Acredita-se que as diferenças entre educação especial e educação regular irão diminuir de forma gradativa. Onde o foco será o aluno no seu particular e não apenas classifica-lo como aluno especial ou regular. Garantir mudanças satisfatórias para atender o interesse de cada membro da comunidade é fundamental, priorizando todas as suas necessidades sem distinção. Quando essas medidas forem tomadas, observaremos que a escola não precisará ser dividida entre os

considerados comuns e especiais. Pois todos serão atendidos de maneira igualitária, focando em cada necessidade apresentada pelos educandos (MAZZOTTA, 1987).

3. MATERIAL E MÉTODOS

Para a elaboração desse trabalho foi realizada uma revisão de Literatura apresentando estudos relevantes sobre o tema, baseando-se na busca de assuntos existentes e os conhecimentos dos autores que tratam deste assunto familiarizando com a problemática com intuito de compreender o tema nas mais diversas concepções. Foram realizadas pesquisas bibliográficas tendo como base para esse projeto leituras de livros e artigos nacionais, pesquisas nos sites Google e Scielo, buscando identificar, analisar e apropriar-se dos componentes necessários a formação docente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Carvalho (2000) caracteriza a escola como um lugar que vai além das formalidades exigidas por lei, é nela onde se encontram as relações sociais que refletem diretamente no ambiente escolar. Alunos, pais de alunos, professores e demais funcionários da instituição estão em constante contato, trocando informações, através de gestos, palavras e atitudes dos mesmos, também sendo considerados como um conjunto de comunidade.

Florêncio (2010) completa dizendo que é esta instituição de ensino, que leva o nome de escola, que deve se responsabilizar pela boa educação prestada aos alunos, se conscientizando dos problemas de cada um deles individualmente, tomando conhecimento de suas dificuldades de aprendizagem, para que após conhecer seu aluno, possa trabalhar com ele em cima de seus erros e acertos, dando significado a sua vida acadêmica, contribuindo no seu desenvolvimento escolar.

Carvalho (2004 *apud* Florêncio 2010) afirma que a escola tem condições de criar ações para facilitar o processo de inclusão da criança com necessidade especial, mas para que isso aconteça de maneira positiva é preciso contar com uma força maior, as políticas nacionais, pois são elas que precisam apoiar esse processo de inclusão, dando o alicerce para que os demais profissionais da educação possam trabalhar pensando sempre no bem da criança dentro e até mesmo fora da escola. Para o autor mudanças sistemáticas precisam acontecer dentro dessas políticas nacionais, onde o maior foco que é a educação possa ser levada em consideração a ponto de ser alterada sempre que necessário.

Silva (2010) nos diz que mudanças e adaptações podem ser feitas sim, quando o objetivo é melhorar a qualidade de ensino, dando foco a alterações no planejamento escolar, no alerta que essas mudanças devem ser feitas seguindo uma ordem, para que a instituição não se “perca” em meio a esse processo e dê conta de fazer as possíveis adaptações necessárias de forma correta e consistente. Compreendendo a importância desse trabalho e se dedicando a ele para que esse todo o esforço seja válido e não tenha frutos negativos.

Pan (2008) o educador deve levar em conta a personalidade de cada criança, seu temperamento e suas demais individualidades, constatando que crianças não são iguais, sendo assim não aprendem de maneira igual o tempo todo. É preciso que o educador dê atenção as necessidades particulares de seus alunos, sendo elas consideradas especiais ou não. Todos precisam de atenção e tratamento individual. De modo que a compreensão dos alunos a respeito do assunto tratado em aula seja satisfatório, para que na medida do possível todos possam acompanhar as atividades realizadas em sala de aula.

Mantoan (2003 *apud* Minetto 2010) ressaltam que a educação é destinada a todos, inclusive para aquelas crianças consideradas especiais, investimentos na Educação Especial é o ponto chave para que essa educação possa de fato atender a todos, capacitações para toda a equipe escolar é algo que não se pode abrir mão, pois a equipe escolar precisa estar preparada para trabalhar com esses alunos, principalmente os professores, incentivos para que o educador esteja sempre aprimorando seus conhecimentos como um profissional consciente na educação escolar de seus alunos. Buscando sempre melhorar seus métodos de ensino, para que esteja a cada dia plenamente capaz de atuar nessa área da educação.

Minetto (2011) afirma que esses professores sabem que mudanças devem sempre acontecer para que o processo de ensino-aprendizagem seja coeso e preciso para ele o que falta é a preparação adequada desses profissionais, um olhar mais atento, preocupando-se com a formação desses educadores, pois afinal são eles que vão atuar em sala de aula com os alunos. Despertar nos professores sobre a importância do uso de novas tecnologias, a elaboração mais eficiente nas atividades pedagógicas voltadas ao aluno, materiais didáticos e demais recursos. Todas essas alterações devem acontecer na escola, levando sempre em mente que cada aluno tem sua individualidade e seu tempo de aprendizagem.

Porém Plaisance (2005 *apud* Silva 2010) levanta uma informação que merece ainda mais atenção, onde a resistência da escola em aceitar o aluno com necessidade especial dentro do ambiente de ensino regular ainda é grande. Onde a o aluno “especial” é visto como um atraso para os demais alunos da classe quando se trata das atividades a serem realizadas em sala de aula. A repulsa em aceitar o processo de inclusão dentro do ambiente escolar sobressai sobre a possível tentativa de trabalhar o mesmo, sendo vista de forma negativa e não satisfatória A

inclusão escolar é tratada como um apelo sentimental ou uma missão a ser cumprida pela dita “escola para todos”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho pode-se perceber a importância do processo de inclusão dentro do ambiente escolar, onde a busca pelo bom desenvolvimento das crianças deve ser incansável. O comprometimento e parceria dos alunos, pais de alunos e equipe escolar deve ser satisfatória quando falamos de inclusão. Muito já foi feito para que todos os alunos sejam de fato incluídos dentro do ambiente escolar. Porém fica claro que muito ainda precisa ser feito. Desde a formação contínua dos professores, até a aceitação de pais e instituição escolar sobre a prática de incluir. O professor sendo o mediador do conhecimento a criança é senão o primeiro a admitir que incluir é preciso e que decisões precisam ser tomadas de forma consciente pensando sempre no bem estar das crianças e que mudanças precisam ser feitas para que isso ocorra de maneira positiva. Onde um dia possamos refletir mais uma vez sobre tudo isso e ver que todo o esforço nesse processo realmente deu certo, e que de fato temos uma educação ao alcance de todos.

6. REFERÊNCIAS

ANJOS, H. P. dos. **O espelho em cacos: análise dos discursos imbricados na questão da inclusão**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação, Resolução CNE/CEB nº 2 que institui **as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. de: 11 de set. de 2001.

CARVALHO, R. E. **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____. **Temas em educação especial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. WVA, 1998.

_____. **Removendo barreiras para aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

FERNANDES, S. **Fundamentos para educação especial**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2011.

FERREIRA, M. C.; GUIMARÃES, M. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FLORÊNCIO, J. Q. **Os avanços e as dificuldades da inclusão escolas de pessoas com necessidades educacionais especiais**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação, Curso de graduação em Pedagogia-Licenciatura. Porto Alegre: 2010

KULLOK, M.B. G. **Relação Professor-aluno: contribuições á prática pedagógicas**. Maceió: Eduafal. 2002.

MAZZOTTA, M.J.S. **Educação Escolar: comum ou especial?** São Paulo: Pioneira, 1987.

_____. **Educação especial no Brasil histórias e políticas públicas**. 2ª Edição. São Paulo: Cortez. 1999.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como se faz?** São Paulo: Moderna, 2003.

_____. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Scipione, 1988.

MINETTO, M. de F. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio.** 2ª Ed. rev. atual. ampl.- Curitiba: Ibpex, 2008.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

PAN, M.A.G.S. **O direito à diferença: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva.** Curitiba: Ibpex, 2008.

SÁNCHEZ, P. A. A educação inclusão; um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Inclusão:** Revista da Educação Especial, Brasília, 2005.

SASSAKI, R. K. Inclusão: o paradigma do século 21. **Inclusão:** Revista da Educação Especial, Brasília, v. 1, n.1, p. 19-23, out. 2005.

SILVA, A. M. d **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos.** Curitiba: Ibpex, 2010.

UNESCO/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA DA ESPANHA – **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade.** Brasília, DF: CORDE, 1994.

ZILIOOTTO, G.S. **Especialização em Educação Especial e Inclusiva: Fundamentos psicológicos e biológicos das necessidades especiais.** 2ª Ed. rev. Curitiba: Ibpex, 2007.